

## Conselho de Ética inocenta Serys, Malta e Suassuna

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar inocentou ontem os senadores Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta das acusações de participação no esquema de venda de ambulâncias. Apenas Suassuna sofreu medida disciplinar, de censura verbal, por haver, segundo entenderam os membros do conselho, usurpado as prerrogativas do cargo ao conceder poderes demais a seus assessores. A pena foi sugerida por Wellington Salgado, por meio de voto em separado ao relatório de Jefferson Péres, que havia sugerido perda de mandato de Suassuna pelo mesmo motivo. Suassuna, Serys e Malta foram investigados pelo Conselho de Ética porque tiveram os nomes citados no relatório parcial da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas. No entanto, não se encontraram provas contra eles. **Página 5**

Gerardo Magela



No Plenário lotado, o senador Marcelo Crivella (E) lê seu relatório favorável ao projeto que beneficia profissionais da área médica

## Aprovado reajuste a médicos residentes

Bolsa passa de R\$ 1.470 para R\$ 1.916. Senado acolhe diversos outros projetos, além de medidas provisórias garantindo créditos para rodovias e reforma agrária

O Senado aprovou ontem o projeto que reajusta a bolsa do médico residente de cerca de R\$ 1.470 para R\$ 1.916, para um regime especial de treinamento em serviço de 60 horas semanais. A matéria vai agora à sanção presidencial. O Plenário também acolheu duas medidas provisórias liberando crédito de R\$ 698 milhões para ministérios e acabando com a obrigatoriedade de os exportadores trazerem a totalidade dos pagamentos recebidos no exterior em moeda estrangeira. Outro projeto aprovado muda as regras de cobrança de dívidas. Com 47 assinaturas, foi lido em Plenário o requerimento de criação da CPI das ONGs. **Página 3**

Célio Azevedo



Com a decisão de ontem, conselho encerra processos contra senadores

## Gedimar não revela origem de R\$ 1,7 milhão do dossiê

O ex-policial federal Gedimar Passos reconheceu ontem, na CPI dos Sanguessugas, ter entregue R\$ 1 milhão ao empresário Valdebran Padilha, no hotel Ibis, onde os dois foram presos com R\$ 1,7 milhão. Negou-se, contudo, a revelar mais detalhes, por considerar que isso poderia incriminá-lo. **Página 5**

## Senado corta R\$ 50 milhões em despesas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que a Casa está fazendo neste ano um corte de despesas de R\$ 50 milhões. Renan também recebeu o ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, e entregou à família do senador Ramez Tebet o diploma de professor *honoris causa* da Unilegis. **Página 4**

## Congresso muda regras para tornar o Orçamento mais transparente

O Plenário do Congresso aprovou na noite de ontem projeto que modifica o rito de discussão e votação do Orçamento federal pelos deputados e senadores. A alteração tem o objetivo de tornar mais transparente a apresentação de emendas ao Orçamento, além de fechar brechas que podem gerar fraudes. Uma das mudanças impede a apresentação de emendas de bancadas redigi-

das de forma genérica. Essa proibição foi recomendada pela CPI dos Sanguessugas. O Congresso acolheu outras propostas, inclusive as que viabilizam aumentos de salários para os funcionários do Ministério Público da União, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União. Outro projeto abre crédito suplementar de R\$ 476 milhões em favor de diversos órgãos. **Página 2**

## Recursos minerais ajudam pesquisa

Página 6

## Debate sobre repasse a hospitais

Página 4

Por acordo partidário, projeto é aprovado em Plenário e parlamentares conseguem votar liberação de créditos

## Congresso aprova mudanças no rito do Orçamento

Depois de sete meses de impasse, o Plenário do Congresso Nacional aprovou na noite de ontem substitutivo a projeto de resolução do deputado Ricardo Barros (PP-PR) que faz mudanças no rito de discussão e votação do projeto do Orçamento federal pelos deputados e senadores. O objetivo é tornar mais transparente a discussão e a apresentação de emendas ao Orçamento, além de fechar algumas brechas que podiam levar a fraudes.

Uma das mudanças impede a apresentação de emendas de bancadas redigidas de forma genérica. A CPI dos Sanguessugas recomendou essa proibição, alegando que os processos de fraudes na compra de ambulâncias foram iniciados por esse caminho.

– A resolução vai evitar futuros problemas no Orçamento votado pelo Congresso – afirmou o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), autor do substitutivo.

O texto de Aleluia foi negociado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), com líderes partidários e o próprio Ricardo Barros, que cedeu em alguns pontos para que a matéria fosse aprovada por acordo partidário.

A resolução, que só valerá para a discussão do Orçamento de 2008, corta pela metade o número de parlamentares que integram a Comissão de Orçamento – cai de

84 para 40 – e determina rodízio anual de partidos nas relatorias setoriais do Orçamento.

### Benefícios

O Congresso aprovou ainda dois projetos de lei – PLNs 11/06 e 12/06 – que viabilizam aumentos de salários para os funcionários do Ministério Público da União, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União.

Igualmente acolhido, o PLN 9/06 abre, no âmbito dos orçamentos da União e da Seguridade Social, crédito suplementar de cerca de R\$ 476,8 milhões em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União. Outro projeto aprovado ontem foi o PLN 49/06, que abre, no âmbito do Orçamento da União, crédito especial de pouco mais de R\$ 4,078 milhões para o Ministério da Defesa.

Os parlamentares aprovaram ainda o projeto de lei (PLN 39/06) que libera R\$ 162,2 milhões do Orçamento de 2006 para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e para a Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal. Também foi acatado o projeto de lei (PLN 26/06) que abre crédito suplementar de aproximadamente R\$ 75,7 milhões para reforço do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Todas as matérias vão, agora, à sanção presidencial.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)



## Plenário discute reeleição

A sessão é de caráter deliberativo e tem início às 14h. Em pauta, o projeto de lei que altera o prazo do mandato do presidente da República. O projeto proíbe também a reeleição para cargos de prefei-

tos, governadores de estados e do Distrito Federal e do presidente. Entre os senadores inscritos para discursar estão Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e João Alberto Souza (PMDB-MA).

## Censo agropecuário em 2007

A partir das 11h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se para discutir e votar pauta de quatro itens, entre eles o requerimento que solicita ao Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que sejam tomadas providências em 2007 para a realização do censo agropecuário brasileiro.

## Audiência debate robótica

Segundo requerimento dos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Delcídio Amaral (PT-MS), a Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Ciência e Tecnologia realizam

audiência pública às 10h para discutir robótica. Entre os convidados estão a secretária-adjunta de política do Ministério da Ciência e Tecnologia, Marilyn Peixoto da

Silva Nogueira, e Dante Augusto, coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Direito de visita aos filhos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se, a partir das 10h, para discutir e votar pauta de 13 itens, entre eles o projeto que garante ao pai ou à mãe que não tem

a guarda de seus filhos o direito de visita. Outro item a ser votado é o que garante aos servidores públicos deficientes requisitos e critérios diferenciados para a aposentadoria.



## Disciplina do ato médico

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute e vota pauta de 11 itens, entre os quais o que trata de disciplinar o ato médico. Outro item a ser votado será sobre

a distribuição gratuita de medicamentos para portadores do HIV, além de incluir o fornecimento de leite materno para os filhos de mães portadoras do vírus.

## Conflitos fundiários urbanos

Requerimento para realização de audiência sobre conflitos fundiários urbanos, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), está na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que realiza reunião às 10h30.

## Terceiro setor

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abre o 2º Fórum Senado Debate Brasil às 9h30, para discutir o trabalho das organizações não-governamentais (ONGs) que lutam para ajudar o Brasil a combater o atraso social.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Válder Pereira e Luiz Otávio

## Requerimento que cria CPI das ONGs é lido no Plenário

Foi lido na sessão de ontem do Senado o requerimento do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) solicitando a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a liberação e aplicação de recursos públicos por organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), entre 2003 e 2006. O requerimento conta com 47 assinaturas, número bem superior ao exigido pelo Regimento Interno para a criação de CPIs, que é 27. Ao defender sua proposta, Heráclito afirmou que o Congresso não pode se omitir nem adiar a instalação dessa comissão, que deverá funcionar por 60 dias.

– Há várias entidades que prestam serviços relevantes nas áreas social, de saúde e meio ambiente e elas não podem ser prejudicadas pelas que se desviam dos objetivos para os quais foram criadas – assinalou o senador.

O senador Sibá Machado (PT-AC) se disse preocupado com a fixação do prazo de funcionamento, ponderando que a questão deveria ser definida após a instalação. A CPI das ONGs deverá ter 11 senadores titulares e sete suplentes, a serem indicados pelas lideranças partidárias em função da representação de cada partido no Senado.



Heloísa reclama da demora de votação da proposta na Câmara



Iniciativa de Tourinho inclui duas categorias no regime estatutário

## Heloísa cobra aprovação do projeto dos agentes de saúde

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) cobrou da base aliada do governo na Câmara a votação do projeto de lei do Senado que trata do regime jurídico e da forma de seleção dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. A proposta, de autoria de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) – que também reclamou do atraso –, foi aprovada no Plenário do Senado, por acordo de lideranças, em 4 de outubro e chegou àquela Casa dois dias depois. Por força do acordo, os senadores também acolheram a medida provisória (MP 297/06) que regulamenta as atividades das duas categorias. Heloísa explicou que o acordo entre os líderes incluía a aprovação do projeto (PLS 270/06) na Câmara.

– O senador Tourinho acatou, sensibilizado com a situação dos chamados mata-mosquitos do estado do Rio de Janeiro, e fizemos todos nós um acordo para que o projeto dele, relacionado a agentes de saúde, fosse imediatamente votado. Aqui foi votado, na Câmara sumiu – resumiu a senadora.

A proposição de Tourinho partiu de divergências em torno da MP, que submetia os agentes de saúde e de combate às endemias admitidos pelos municípios e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). À época, Tourinho (relator-revisor) disse que a mudança proposta era “um retrocesso sem tamanho”, pois colocaria os agentes em risco de demissão a cada mudança de prefeito. O projeto do Senado vincula esses profissionais, inclusive os contratados pela Funasa, ao mesmo regime jurídico aplicado aos servidores da área de saúde, ou seja, estatutário.

Parlamentares acompanham o voto favorável do relator Marcelo Crivella. No entanto, senadores com formação na área da Saúde condenam a substituição de médicos efetivos por residentes

## Senado aprova reajuste de 30% para bolsa de médicos residentes

O Senado aprovou ontem o projeto da Câmara que reajusta a bolsa do médico residente de R\$ 1.470 para R\$ 1.916, para um regime especial de treinamento em serviço de 60 horas semanais. A matéria segue agora à sanção presidencial.

O relator da matéria (PLC 112/06), senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), apresentou parecer favorável a sua aprovação. Ressalvou, porém, ser contrário à manutenção da greve pelos residentes, por julgar que ela prejudica o atendimento à população de baixa renda nos hospitais públicos e universitários.

– É justa a consideração ao pleito, mas devo confessar minha frustração pela paralisação do movimento que causou problemas ao já problemático sistema público de saúde – protestou.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, considerou o parecer oportuno. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), médico por formação e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentou parecer pela constitucionalidade do projeto.

Os demais senadores que sucederam Crivella na discussão da ma-



Em Plenário, senadores ressaltam caráter de formação e aperfeiçoamento da residência médica

téria criticaram seu relatório. Para a maioria, também eles da área de saúde – como os médicos Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Papatéo Paes (PSDB-AP) e Tião Viana (PT-AC), e a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), enfermeira –, os residentes estariam substituindo médicos efetivos, constituindo-se em “mão-de-obra barata”, quando seu objetivo é o aperfeiçoamento no exercício da medicina.

Mozarildo solidarizou-se com os

colegas grevistas e Papatéo afirmou não ser obrigação dos residentes o atendimento à população. Heloísa Helena assinalou o caráter especial da residência para a futura integração no exercício da profissão.

Já o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), pediu aos parlamentares que aprovem hoje, na comissão, substitutivo ao projeto que institui a Lei do Ato Médico.

## Crédito para obras em rodovias, reforma agrária e irrigação

A medida provisória que liberou crédito de R\$ 698,79 milhões do Orçamento da União para os ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Integração Nacional foi acolhida ontem pelo Plenário. Os recursos foram destinados a obras em rodovias, sistemas de irrigação em Pernambuco e compra de terras para a reforma agrária. Se não tivesse sido votada ontem, a MP 314/06 teria perdido a validade.

No texto da medida provisória, o ministro do Planejamento, Paulo

Bernardo, esclarece que o crédito em favor do Ministério dos Transportes permitiu ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) a realização de obras em corredores estratégicos de transportes do Brasil, que contemplam a operação do sistema de pesagem de veículos em âmbito nacional; a restauração de trechos rodoviários no DF; a conservação de trechos rodoviários nas BRs 163 e 230, no Pará; a recuperação de trechos rodoviários na BR-365, no estado de Minas Gerais; entre outros.

Em relação ao MDA, o crédito tinha por objetivo promover a obtenção de imóveis rurais para reforma agrária, a fim de cumprir a meta de assentar 400 mil famílias no período de 2003 a 2006, estabelecida no 2º Plano Nacional de Reforma Agrária.

No que concerne ao Ministério da Integração Nacional, os recursos visavam dar continuidade ao funcionamento da principal estação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodí, no Estado do Ceará, mediante a substituição de motobombas.

## Parte de recursos da exportação pode ser mantida no exterior

Na sessão de ontem, o Plenário também aprovou medida provisória (MP 315/06) que acaba com a obrigatoriedade de os exportadores trazerem para o Brasil a totalidade dos pagamentos em moeda estrangeira recebidos no exterior. Acolhida sem emendas, a MP permite que sejam mantidos em instituição financeira no exterior até 30% dos recursos provenientes de recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e de serviços realizados por pessoas físicas ou jurídicas. De acordo com a medida provisória, que vai à promulgação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o responsável pela regulamentação da forma e das condições para a aplicação do benefício.

## Acolhida no Plenário mudança em regra de cobrança de dívidas

O projeto da Câmara (PLC 51/06) que altera dispositivos do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) relativos ao processo de execução foi acolhido ontem pelo Senado. A proposta, de acordo com o relator Fernando Bezerra (PTB-RN), modifica 68 artigos do código e pretende inaugurar novo marco jurídico para a cobrança de dívidas no país, estimulando a circulação da riqueza e inibindo o *spread* bancário.

O texto aumenta os poderes atribuídos ao oficial de Justiça e atualiza a ordem de preferência dos bens que se submetem à penhora, entre outras modificações. A proposição vai à sanção presidencial.

Márcia Kalume



Presidida por Papaléo (3º à esq.), subcomissão recebe Brito (E), Temporão e Fernandes

## Em debate, os repasses do SUS para hospitais e entidades filantrópicas

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou ontem audiência pública para debater o valor dos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) para os hospitais e estabelecimentos de saúde, em especial aqueles constituídos sem fins lucrativos.

Participaram da discussão, convocada por solicitação do senador Flávio Arns (PT-PR), o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, José Gomes Temporão; o presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantró-

picas (CMB), Antônio Brito; e o representante do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor), Jorge Lopes Alberto Fernandes.

José Gomes Temporão falou sobre a contratualização ou orçamento global, o novo modelo de remuneração dos serviços hospitalares que vem sendo trabalhado pelo órgão. Antônio Brito, por sua vez, alertou para a crise do financiamento do SUS, enquanto Jorge Lopes Alberto Fernandes explicou que existe um teto para os repasses do Ministério da Saúde ao Incor, mas a demanda pelo atendimento é crescente.

## Reestimativa garante gastos extras no Orçamento de até R\$ 9,7 bilhões

O resultado da reestimativa das receitas previstas no projeto da lei orçamentária para 2007 vai permitir ao Congresso incluir despesas extras de até R\$ 9,773 bilhões na proposta. Esse é o valor líquido decorrente de uma revisão para mais em R\$ 11 bilhões na arrecadação federal do ano que vem, depois das transferências obrigatórias para estados e municípios, de acordo com relatório do comitê de avaliação de receitas que assessora a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Os números foram divulgados ontem pelo relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). À saída da reunião do comitê, ele adiantou que R\$ 700 milhões vão ficar em reserva específica destinada a cobrir reajuste de 5% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), iniciativa defendida pelo relator, mas ainda não acolhida pela equipe econômica.

Raupp confirmou a previsão de um aumento do salário mínimo para R\$ 375 em abril de 2007.

## Senado inaugura novo serviço de impressão em braile

Será inaugurado hoje, às 11h, o novo serviço de impressão em braile da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, com duas novas impressoras, cada uma com capacidade de produção de 1.200 páginas por hora.

Na ocasião, será lançada uma coletânea em braile de leis e decretos sobre os direitos das pessoas com deficiência. Os 50 exemplares da publicação serão distribuídos para bibliotecas e associações de pessoas com de-

ficiência.

Faz parte dessa edição a lei que instituiu a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei 7.853/89). Também está sendo publicada em braile a lei que regulamenta o uso de cão-guia pelas pessoas com deficiência visual (Lei 11.126/05).

A gráfica imprime em braile desde 1998 e tem 35 títulos já publicados. Com os novos equipamentos, terá sua capacidade quadruplicada.

Renan declara, durante evento no TCU, que a Casa está disposta ao debate e ao desembaraço legislativo de todos os temas referentes à retomada do desenvolvimento

# Senado apresenta economia de R\$ 50 milhões este ano

Ao participar ontem da abertura do seminário *Desenvolvimento de Infra-Estrutura de Transportes no Brasil – Perspectivas e Desafios*, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que a Casa fez uma economia de R\$ 25 milhões em 2005 e que, em 2006, o corte de despesas será de R\$ 50 milhões. Ele disse ainda que, no ano passado, não foram usados créditos orçamentários suplementares.

– Essa racionalidade nos gastos não nos afastou de nossos objetivos estratégicos. Ao contrário, foi em 2005 que houve mais leis de iniciativa de parlamentares do que de iniciativa do Executivo, indicando um resgate de nossa missão legislativa. Isso não ocorria desde a promulgação da Constituição, em 1988 – assinalou.

Renan afirmou que construir consensos, diante da perspectiva de uma agenda de avanços, sempre foi o caminho das lideranças comprometidas com as necessidades da população.

Ele observou que o Senado está fazendo a sua parte e, no que depender do seu presidente, avançará sempre na definição de marcos regulatórios importantes para o



Na mesa (E/D): ministro Walton Rodrigues, Renan, Guilherme Palmeira e Dilma Rousseff

país. Como exemplo, lembrou que o marco regulatório do setor de saneamento básico foi aprovado, enquanto o do gás natural está avançando. Ele mencionou ainda o ajuste da legislação das micro e das pequenas empresas e a desoneração tributária seletiva.

Na opinião de Renan, o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes no Brasil, sobretudo o portuário, é um dos temas mais urgentes da agenda nacional.

### Coalizão

O parlamentar afirmou ainda, após o seminário, que, no que depender da Presidência do Senado, o presidente Lula terá apoio para aprovar medidas legais que ajudem o Brasil a avançar rumo

ao crescimento econômico.

– É importante que todos os partidos participem. Poderemos juntar setores da oposição nessa coalizão, em defesa de uma agenda suprapartidária. No Senado, temos uma correlação de forças apertada. Tudo o que se avançou, avançou sobretudo com a participação da oposição – disse.

Ainda ontem, Renan Calheiros compareceu à posse da nova diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que reconduziu o deputado Armando Monteiro Neto à presidência da entidade. No evento, compareceram os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

## Renan discute agenda de votações e reforma política

Renan Calheiros recebeu ontem o ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, para conversar sobre a agenda de votações da Casa e sobre a reforma política.

Entre os projetos que devem ser apreciados até o fim do ano, Renan destacou o que institui a Secretaria da Receita Federal do Brasil (PLC 20/06), conhecida como Super-Receita.

– A nossa bancada dará todo o apoio político – afirmou Genro.

Sobre a reforma política, o ministro disse que o governo deve encaminhar, como sugestão, projeto elaborado pela OAB e pela Confederação de Desenvolvimento Social, mas reiterou que cabe ao Congresso dar forma à proposta. Renan lembrou que a proposição já foi aprovada pelo Senado e que está na pauta da Câmara dos Deputados.



## Tebet é homenageado com diploma

O presidente do Senado entregou ontem à família do senador Ramez Tebet, que morreu no último dia 17, o diploma de professor *honoris causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). A entrega foi proposta por Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Depois de entregar o diploma à viúva, Fairte Nassar Tebet, e à filha do senador,

Simone, Renan Calheiros afirmou que o fato de o primeiro diploma dessa categoria ter sido Tebet como homenageado é uma iniciativa da maior justiça, visto ter sido durante a gestão do senador na Presidência do Casa que a criação da Unilegis se concretizou.

Na cerimônia, Pedro Simon (PMDB-RS) fez um discurso enaltecendo a vocação conciliadora de Ramez Tebet.

## Gedimar se nega a revelar origem de R\$ 1,7 milhão

O advogado e ex-policia federal Gedimar Pereira Passos, acusado de participar da compra de um dossiê para incriminar políticos do PSDB, reconheceu em depoimento ontem na CPI dos Sanguessugas ter entregue R\$ 1 milhão ao empresário Valdebran Padilha, no hotel Ibis, em São Paulo, onde os dois foram presos em 15 de setembro com R\$ 1,7 milhão. Gedimar disse ainda que foi maltratado pela Polícia Federal no período em que ficou detido.

Ele se negou a revelar mais detalhes, por considerar que isso poderia incriminá-lo.

– Estou com a corda no pescoço, mas não vou puxá-la – afirmou, em resposta a indagações do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), um dos sub-relatores da comissão.

Gedimar chegou a dizer que o dinheiro havia sido entregue a ele por um desconhecido, embora estivesse ali apenas cumprindo a missão de analisar documentos que lhe seriam entregues por emissário do empresário Luiz Antônio Vedoin. Mais tarde, respondendo ao deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), não quis se manifestar sobre a possibilidade de o dinheiro ter-lhe sido entregue pelo então assessor de imprensa da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda, que foi o segundo depoente da tarde de ontem.

### Hamilton Lacerda

Duas visitas que Hamilton fez ao hotel Ibis, carregando sacolas, foram documentadas pelas câmeras do estabelecimento. Ele disse ter levado roupas, material de campanha e um computador portátil com DVD que seriam entregues a Gedimar Passos. Nada disso, porém, foi encontrado pela Polícia Federal na busca que fez no quarto do hotel.

Hamilton negou que tivesse conhecimento do esquema dos sanguessugas, mas confirmou que foi ele quem procurou a revista *IstoÉ* para passar informações sobre o suposto envolvimento de José Serra e de Barjas Negri, ambos ex-ministros da Saúde tucanos, na máfia das ambulâncias. Ele informou que foi procurado por Jorge Lorenzetti, analista de risco e mídia da campanha de Lula, e Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, em agosto, para que fizesse a ponte com a revista. Hamilton afirmou ainda que não conhece Ana Paula Vieira, dona de um telefone celular que recebia e realizava ligações com os envolvidos no escândalo.



Na CPI, Jungmann, Biscaia e Amir Lando ouvem Gedimar (com advogados)

## Ideli apresenta interpelação judicial contra Gabeira no STF

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), apresentou ontem ao Supremo Tribunal Federal uma interpelação contra o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) devido a declarações feitas por ele. Gabeira afirmou, na sexta-feira, que Ideli, deveria se afastar das investigações conduzidas pela CPI dos Sanguessugas, pois ela não teria repassado à comissão informações sobre o encontro do qual havia participado, em 4 de outubro, com o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o ex-secretário do Ministério do Trabalho Osvaldo Bargas e o ex-diretor do Banco do Brasil Expedito Veloso.

Ideli declara, em sua interpelação, que a reunião foi divulgada pela imprensa em meados de outubro, mais de um mês antes das declarações de Gabeira.

Senadores investigados por terem os nomes citados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas ficam livres de acusação. Suassuna sofreu medida disciplinar por usurpar prerrogativas do cargo

# Conselho de Ética inocenta Suassuna, Serys e Malta

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar inocentou, ontem, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES) das acusações de participação na chamada máfia das ambulâncias.

Somente Suassuna sofreu a medida disciplinar, de censura verbal, por entenderem os membros do conselho que ele usurpou as prerrogativas do cargo ao conceder poderes demais a seus assessores. A pena foi sugerida pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), por meio de voto em separado – aprovado por 12 votos a 2 – ao relatório de Jefferson Péres (PDT-AM), que havia sugerido perda do mandato de Suassuna pelo mesmo motivo, apesar de reconhecer que não havia encontrado nenhuma prova contra o parlamentar pela Paraíba.

Suassuna, Serys e Malta foram investigados pelo Conselho de Ética porque tiveram os nomes citados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas. No entendimento dos membros da comissão, havia indícios ou

## Suassuna recebe censura verbal

O Conselho de Ética entendeu que Suassuna “deixou de observar deveres e preceitos inerentes ao mandato”.

– Suassuna reconhece sua atuação inopinada com relação aos assessores, mas não deixou de prestar colaboração com os trabalhos da CPI – destacou Wellington, para justificar o pedido de pena de censura verbal, que foi aprovado pelo colegiado.

Um ex-assessor do senador, Marcelo Cardoso Carvalho, foi denunciado pelos Vedoin, e sua ex-chefe de gabinete Mônica Mucury falsificou a assinatura do senador em um ofício enviado ao Ministério da Saúde. Suassuna alegou que desconhecia a existência do ofício, mas observou que a funcionária teria agido de boa-fé.



Conselho considerou que Suassuna concedeu poderes demais a assessor e a chefe de gabinete



Integrantes do conselho absolvem três senadores: não foram encontradas provas contra eles

provas de seu envolvimento com a máfia das ambulâncias.

Os relatórios aprovados indicam que, apesar da falta de provas, há indícios de que pessoas próximas a Serys e a Suassuna tenham colaborado com o esquema de fraudes criado para utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União.

No caso de Magno Malta, o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), afirma que há indícios, mas não provas, de recebimento de vantagem indevida.

### Defesa

Em sua defesa, na reunião de

ontem, Suassuna reclamou que foi “injustamente acusado nestes últimos 140 dias de agonia”.

Já para Serys, a decisão do conselho por unanimidade significa que “não houve pizza”, enquanto Magno Malta assinalou que sua inocência é a “demonstração da fidelidade de Deus”.

O presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), disse que o colegiado, que estava representado por parlamentares de todos os partidos, cumpriu sua obrigação, já que “todos os partidos não podem estar errados juntos”.

## “Falta de evidência” no caso de Serys

O Conselho de Ética arquivou também, por “falta de evidências”, a representação contra a senadora Serys Slhessarenko. A votação foi por unanimidade: os 13 parlamentares presentes apoiaram o relatório do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que pedia o arquivamento do processo, por considerar não haver evidências da participação de Serys no esquema das ambulâncias superfaturadas.

O nome da senadora é citado indiretamente no caso, segundo Paulo Octávio, e a pessoa acusada de real envolvimento com a máfia das ambulâncias seria o genro dela, Paulo Roberto Ribeiro, que teria recebido R\$ 35 mil.



Serys Slhessarenko: representação arquivada por unanimidade



Em relação a Magno Malta, relator admite “inequívoca insuficiência de provas”

## Malta não havia apresentado emenda

Por unanimidade de votos, o Conselho de Ética arquivou a representação contra o senador Magno Malta. O relator do processo, senador Demostenes Torres, pediu o arquivamento da representação por “inequívoca insuficiência de provas de percepção de vantagem indevida”.

A acusação que pesava contra Malta era a de que um veículo que usou por cerca de um ano teria sido dado a ele em troca da apresentação de emendas ao Orçamento, no valor de R\$ 1 milhão, para a aquisição de ambulâncias superfaturadas da empresa Planam, de propriedade de Luiz Antônio e Darci Vedoin. O senador, no entanto, nunca apresentou emendas nesse sentido.

## Criação da Super-Receita será votada na terça-feira pela CAE

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram ontem, por acordo, adiar para a reunião da próxima terça-feira a votação do projeto que institui a Secretaria da Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita. Na audiência de ontem, foi concedida vista coletiva do parecer do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) favorável à proposição.

Tourinho explicou que seu parecer avançou em alguns pontos, acordados com o governo no decorrer dos últimos 15 dias. O projeto (PLC 20/06) funde a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF) com a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social (SRP).

No início da reunião, Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que o texto, antes de ser votado pela CAE, fosse enviado à Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), uma vez que, conforme o senador, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) alertara para problemas de inconstitucionalidade da matéria. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e o presidente da CAE, Luiz Otávio (PMDB-PA), foram contra a sugestão, com o argumento de que o projeto, depois de votado na CAE, será examinado pela CCJ, e que nada está sendo feito em descumprimento do regimento.

Caso a idéia de Simon fosse aceita, explicou Jucá, o processo atrasaria ainda mais, pois a proposta seria apreciada primeiro na CCJ, viria à CAE e voltaria àquela comissão para análise das mudanças que, necessariamente, seriam feitas no colegiado. Depois de muita discussão, foi fechado o acordo para a votação na próxima reunião, com a concordância de Simon.



Senadores da CAE pedem vista da proposta que funde receitas Federal e Previdenciária

## Acatada proposta que autoriza fundo para recuperar Foz do Iguaçu

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do Senado que autoriza o Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref). O autor da matéria é o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), e o relator, que deu parecer favorável, foi o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O projeto (PLS 181/05) cria o Funref com o objetivo de prestar assistência financeira aos empreendimentos produtivos considerados de interesse para a recuperação econômica do município de Foz do Iguaçu (PR).

Os recursos do fundo, conforme a proposta, serão constituídos de dotações orçamentárias à conta dos recursos do Tesouro Nacional, dotações governamentais de origem estadual e municipal, bem

como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, podendo ser nacionais, internacionais ou estrangeiras.

A CAE acolheu na mesma reunião requerimento de iniciativa do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) propondo a realização de audiência pública destinada a aprofundar os debates em torno do projeto de lei que visa incluir os municípios brasileiros na concessão do microcrédito. A data da audiência no colegiado ainda será marcada.

O projeto (PLS 82/06), de autoria de Tourinho, altera a lei que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei 11.110/05) e autoriza os municípios a instituírem agências de fomento de atividades produtivas de microempreendedores.

Proposta de Sibá prevê que 50% do recurso proveniente de compensação financeira por exploração mineral fique em instituições sediadas na região onde a verba foi arrecadada

## Educação aprova projeto que descentraliza verba de pesquisa

Pelo menos 50% das verbas provenientes da compensação financeira por exploração de recursos minerais atualmente destinados à pesquisa passarão a ser encaminhados a instituições científicas sediadas nas regiões onde os recursos foram arrecadados. A medida consta do projeto de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE).

Em defesa de sua proposta (PLS 386/05), Sibá observa que regiões ricas em recursos naturais, como a Amazônia, geram “enormes volumes” de compensação financeira pela utilização desses insumos. Grande parte do dinheiro arrecadado para aplicação em ciência e tecnologia, porém, acaba sendo destinada a outras regiões, onde existem, a seu ver, instituições de pesquisa “mais desenvolvidas e mais influentes”.

O argumento foi aceito pelo relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que lembra ser a Amazônia detentora de “fabulosa biodiversidade”. O relator apresentou emenda, contudo, para reduzir a abrangência do texto, que destinava a instituições regionais de pesquisa parte dos recursos provenientes tanto da exploração mineral como da exploração de recursos hídricos.

Segundo o relator, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste poderiam vir a perder dinheiro se fossem mantidos no projeto



Comissão de Educação acolheu ainda criação de escola de construção naval no Acre

os recursos hídricos. Isso porque boa parte dos *royalties* da exploração desses recursos é destinada ao Paraná, onde está localizada a hidrelétrica de Itaipu, maior usina do país.

Atualmente, a lei obriga o repasse ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de 4% da compensação pela exploração de recursos hídricos e 2% pela compensação pela exploração de minerais. No caso dos recursos hídricos, segundo o parecer aprovado, permanece a obrigatoriedade de destinação de 30% das verbas ao fundo para instituições de pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto terá decisão terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

### Escola Naval

A CE aprovou também o Projeto do Senado 241/06, de autoria do senador Geraldo

Mesquita Junior (PMDB-AC), que autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica de Construção Naval de Cruzeiro do Sul (AC). O projeto, aprovado em decisão terminativa, teve o voto favorável do relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

– A instalação de escola de formação naval será fundamental para criarmos um ambiente produtivo na região do Juruá, com a produção de embarcações quem sabe até para toda a Amazônia – disse Mesquita Júnior.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou o projeto e lembrou o empenho do atual governo na construção de escolas técnicas por todo o país.

A Comissão de Educação aprovou ainda, em decisão terminativa, seis projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados. A reunião foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

## Subcomissão discutirá Programa Antártico Brasileiro

A Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Educação, aprovou ontem requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para a realização de audiência pública sobre o Programa Antártico Brasileiro e o Ano Polar Internacional (2007-2008).

Para falar sobre esses temas, Arns propôs o nome do secretário da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, almirante José Eduardo Borges, e de representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O senador afirma que o Programa Antártico Brasileiro é uma política de Estado de relevância no cenário científico que favorece a consolidação da posição do Brasil entre os países do Cone Sul. O Brasil é um dos 29 países que possuem voz e voto nas deliberações que definem os destinos do Continente Antártico, ressaltou Arns.

Outro requerimento do senador, também aprovado pela subcomissão, propõe audiências públicas sobre robótica. Na mesma reunião, foi aprovado requerimento do senador Augusto Bo-

telho (PDT-RR) para a realização de audiências públicas com o objetivo de iniciar uma discussão sobre a nanotecnologia.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também assina o requerimento, no qual a nanotecnologia é apresentada como uma ciência promissora, ainda em fase inicial de desenvolvimento. Augusto Botelho disse que a nanotecnologia, que trabalha com a escala atômica, já mostra resultados surpreendentes na área médica e na produção de semicondutores e *chips*, entre outros setores.



Cavalcanti: instrumento é útil para ação investigatória

## Roberto Cavalcanti propõe atribuir poder de quebra de sigilos ao TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá incluir entre suas atribuições a solicitação de quebra de sigilos bancário, fiscal, comercial e telefônico de pessoas e empresas sob investigação. É o que prevê projeto apresentado pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

A proposição, lida na tarde de ontem, tramitará em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ela estabelece que o TCU poderá ter acesso aos sigilos mediante ofício fundamentado à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal ou a comissões parlamentares de

inquérito, quando tal providência for indispensável à sua missão de fiscalizar.

Roberto Cavalcanti argumentou que parecer do próprio TCU sobre a análise das contas do governo federal referente ao ano de 2005 inclui, entre os pontos fracos da atuação no combate à corrupção,

a dificuldade de acesso a dados de órgãos públicos, sob a alegação de estarem protegidos pelos sigilos bancário, fiscal e comercial.

– Se temos parecer do próprio TCU evidenciando esse problema, nada mais justo que permitir que o tribunal tenha esse instrumento de trabalho – afirmou.

## Magno Malta quer lisura no uso de emendas

Ao agradecer em Plenário aos membros do Conselho de Ética do Senado pelo arquivamento de processo contra ele, Magno Malta (PL-ES) apresentou dois projetos visando proteger os parlamentares autores de emendas orçamentárias de possíveis fraudes na aplicação dos recursos delas arquivados.

Uma das propostas estabelece que governadores e prefeitos deverão assinar termo de compromisso no momento da solicitação de verbas de emendas parlamentares. A outra matéria estabelece que os bancos oficiais comuniquem ao Congresso Nacional, num prazo de 24 horas, todas as liberações de recursos provenientes de emendas parlamentares.

– Se o parlamentar destina uma emenda e quem a recebe não tem caráter e faz alianças no escuro e licitações espúrias, roubando o erário, sobra para o parlamentar – alertou.

### Celebração

Ao comemorar a decisão unânime de arquivamento de seu processo, o senador comparou os cinco meses de apreciação de seu caso pela CPI dos Sanguessugas a uma Sexta-feira da Paixão, e o dia do julgamento pelo Conselho de Ética, a um Domingo de Páscoa.

Ao fim do discurso, ele dirigiu uma mensagem de otimismo ao povo brasileiro.

– Não desanime, não atente contra sua vida, não atente contra a vida dos outros, espere em Deus. Por que estás abatida, ó minha alma? Por que te inquietas? Espera em Deus, diz a Bíblia, porque certamente a resposta virá.

## Alvaro pede medidas para país crescer

Senador adverte que, em matéria de crescimento, Brasil disputa último lugar com nações africanas

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou ontem do governo a implementação de medidas que modifiquem o atual patamar de crescimento econômico do país. Ele lembrou que dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que o produto interno bruto (PIB) do país só aumentará à taxa de 4% em 2008.

O senador salientou que, enquanto o mundo cresceu no triênio 2003/2005 de forma vigorosa, o Brasil perdeu “a excelente oportunidade” de condições externas favoráveis que não devem



Alvaro cobra apoio para recuperar economia de Foz do Iguaçu

se repetir. O país, ressaltou, cresceu menos que a América Latina em 2005 e disputa o último lugar em crescimento com os países da África.

Para 2007, destacou, a OCDE prevê aumento do 3,8% do PIB brasileiro, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a Índia crescerá à taxa de 8,3% em 2006 e 7,3% no próximo ano; e Rússia e China, 6,5% e 10%, respectivamente, em 2006 e 2007. Ele observou que o Banco Central tem revisado as estimativas para o PIB a cada semana, sendo que a última

projeção seria de 2,9% este ano.

Alvaro Dias também comemorou a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de projeto de sua autoria (PLS 181/05) que institui o Fundo de Recuperação Econômica de Foz de Iguaçu (Funref). A iniciativa foi acolhida em caráter terminativo e segue diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso ao Plenário do Senado.

O parlamentar pediu à Câmara dos Deputados que examine o projeto com rapidez, para que o presidente Lula possa sancioná-lo ainda este ano, garantindo sua vigência já a partir de 2007, de modo a permitir a recuperação econômica do município onde ficam as Cataratas do Iguaçu, que são patrimônio da Humanidade.

## Valadares destaca papel dos médicos residentes

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) conclamou os senadores, momentos antes da ordem do dia, a aprovarem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 112/06, que reajusta para R\$ 1.916,45 a bolsa de estudo concedida aos médicos residentes brasileiros. Líder do PSB no Senado, Valadares informou que todos os líderes partidários haviam assinado o requerimento de urgência para a votação do projeto, que já fora aprovado na Câmara dos Deputados.

Em discurso da tribuna, Valadares disse esperar que a aprovação do reajuste (que ocorreu logo depois) concorra para o fim da greve nacional

dos médicos residentes iniciada em 1º de novembro último. O valor da atual bolsa de estudo é de R\$ 1.470, para o regime de serviço de 60 horas semanais, e não sofre reajuste há cinco anos. O parlamentar frisou que o papel desses profissionais nos hospitais públicos é vital para a população de baixa renda.

Valadares assinalou que os hospitais brasileiros apresentam diversos problemas, como a falta de médicos experientes para auxiliar os residentes

e a falta de materiais essenciais ao funcionamento dos ambulatórios e prontos-socorros. Além do reajuste nos vencimentos, destacou o parlamentar, a greve tem por objetivo a melhoria do atendimento à população e a contratação de mais profissionais.

– Enfim, querem um atendimento decente para a população que depende diretamente dos seus serviços – informou Valadares, que recebeu o apoio de Almeida Lima (PMDB-SE).



Valadares diz que movimento visa atender melhor a população

## Virgílio cobra de ministérios resposta a requerimentos

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), solicitou ontem à Mesa a adoção de providências para que seus requerimentos de informações encaminhados a diversos ministérios sejam respondidos. O senador ressaltou que as respectivas pastas, caso não atendam a



Virgílio: não atendimento pode levar a crime de responsabilidade

essas solicitações, estarão sujeitas a processo por crime de responsabilidade.

Virgílio citou, entre os ministérios que não responderam a seus requerimentos dentro dos prazos estipulados pela legislação, os da Educação, dos Transportes, da Saúde, do Desenvolvimen-

to Agrário e do Meio Ambiente. Também mencionou a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República. A solicitação do líder do PSDB recebeu apoio do senador Tião Viana (PT-AC).

Na direção dos trabalhos do Plenário, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, declarou que a Mesa vai reiterar os requerimentos de informações feitos por Virgílio ao Poder Executivo.



Válter Pereira destaca honraria recebida pela viúva do senador

## Válter registra homenagem da Unilegis a Tebet

O senador Válter Pereira (PMDB-MS) comunicou ao Plenário que a Universidade do Legislativo (Unilegis) concedeu na manhã de ontem o título de professor *honoris causa* ao senador Ramez Tebet, que morreu no dia 17 de novembro. O diploma foi entregue à viúva do senador, Fairte Nassar Tebet, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Válter Pereira, que era 1º suplente de Tebet e assumiu sua cadeira no Senado, relatou que no final de outubro, poucos dias antes de entrar em estado de coma, Tebet foi internado em um hospital em Campo Grande. Ainda no hospital, um dia antes do segundo turno da eleição, a grande preocupação dele era recuperar-se, mesmo que temporariamente, para viajar até Três Lagoas (MS) e exercer seu direito de voto. E assim ele fez.

– Esse era o Tebet: capaz de receber uma transfusão de sangue para habilitá-lo a viajar até Três Lagoas e votar. Também sei que seria com sincera emoção que ele receberia o título de professor *honoris causa* da Unilegis. A homenagem o comoveria, embora pudesse lhe passar pela cabeça a idéia de não ser merecedor da honraria – assinala o parlamentar.

## Tião Viana cobra investimentos em saneamento básico

Tião Viana (PT-AC) cobrou a responsabilidade do poder público em “saldar a dívida com a população na área de saneamento básico”. Segundo revelou, 65% dos municípios brasileiros despejam seus resíduos sólidos a céu aberto, e a coleta seletiva de lixo só é realizada em 451 dos 5.560 municípios do país, embora tenha crescido 38% entre 2004 e 2005.

O senador considera que o resgate dessa dívida social depende de investimentos de cerca de R\$ 200 bilhões.

– A Constituição de 1988 estabeleceu que saneamento e saúde são indissociáveis, o que a Organização Mundial da Saúde (OMS)



A cada real investido em saneamento, o país economiza quatro em saúde, diz Viana

reafirma. Para cada R\$ 1 investido em saneamento, tem-se R\$ 4 de economia em saúde pública por dez anos seguidos – disse.

Além do fato de 65% das doenças no Brasil serem causadas pela falta de saneamento, Viana observou que são incineradas apenas 1.032 toneladas das quase 228 mil toneladas de lixo coletadas diariamente no país.

## Ideli: população está trocando o aluguel pelos financiamentos

Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou os números que obteve ao participar da 18ª Reunião do Fórum da Competitividade na Construção Civil, para mostrar que o setor vem crescendo graças a um conjunto de medidas adotadas pelo governo.

A senadora citou a redução da carga tributária para 7%, a desoneração de 45 itens de material de construção, a ampliação da oferta de crédito habitacional e a criação de um fundo de financiamento para moradia popular.

Ideli disse que faixas da população estão mudando do aluguel para o financiamento da casa própria e, com isso, o setor da construção civil alcançou o maior nível de ocupação dos últimos 11 anos, com 1,5 milhão de trabalhadores com carteira assinada.

A parlamentar listou os dados da indústria de material de cons-



Ideli atribui crescimento da construção civil a medidas adotadas pelo governo

trução, em que 83% das empresas acreditam que as vendas vão crescer 5,5% em 2007, e assinalou ainda que o crédito para financiamento habitacional chegou a R\$ 19 bilhões em 2006, um aumento de 90% em relação a 2005, com destaque para a interiorização do crédito, que beneficia mais de 4,5 municípios.

## Camata lamenta morte do ator Jece Valadão

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) encaminhou voto de pesar pela morte do ator Jece Valadão e pedido de apresentação de condolências à esposa, Vera Lúcia Valadão, a sua ex-esposa Vera Gimenez, sua enteada, Luciana Gimenez, e filho, Marco Antônio Valadão Gimenez.

Camata lembrou que Jece Valadão – capixaba de Cachoeiro de Itapemirim – deixou uma galeria de personagens “machões, malvados e mal-encarados” que fizeram sucesso no cinema nacional nas décadas de 1960 e 1970.

– Ele fez muitos filmes base-



Camata apresenta voto de pesar pela morte do ator e condolências à família

ados em peças de Nelson Rodrigues, de quem era cunhado, casado com uma irmã do escritor. Sua parceria mais marcante, no entanto, talvez tenha sido com o cinema novo, em que teve papel de destaque nos clássicos *Os Cafajestes*, de Rui Guerra, e *A Idade da Terra*, de Glauber Rocha – disse o parlamentar.

Segundo jornal, empresa Gamecorp – que tem como sócio Fábio Luiz Lula da Silva – divide com o Grupo Bandeirantes faturamento obtido com verbas federais em anúncios de emissora

## ACM cobra explicações sobre denúncia contra filho de Lula

Em discurso feito no Plenário, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comentou a matéria de capa de ontem do jornal *Folha de S.Paulo*. Com o título “Publicidade oficial ajuda a bancar TV de filho de Lula”, o texto cita que a empresa Gamecorp, que tem como sócio Fábio Luiz Lula da Silva, divide com o Grupo Bandeirantes o faturamento obtido com verbas federais em anúncios no canal Play TV (ex-Rede 21). Segundo o jornal, registrou o senador, o acordo “garante à empresa do filho de Lula 50% do faturamento na publicidade da emissora”.

Conforme a nota, a Gamecorp recebe pelo menos R\$ 250 mil mensais e ainda parte da receita obtida com os 20 maiores anunciantes da emissora em 2005, entre os quais figurariam



Antonio Carlos: governo deve explicar lucro obtido com anunciantes federais

a Secretaria de Administração da Presidência da República, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Saúde e também concessionárias de telefonia.

O parlamentar exigiu explicações. Instado por Antonio Carlos, o líder do governo no Senado,

Romero Jucá (PMDB-RR), informou que o governo publicou nota de esclarecimento sobre o caso afirmando não ter nada a esconder a respeito da publicidade estatal. Entretanto, ACM argumentou que o documento, divulgado pela ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, “não esclareceu nada”.

### Codevasf

Antonio Carlos acusou ainda a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) de ser usada pelo Executivo como “mera intermediária de ONGs e financiadora de projetos políticos de seus dirigentes”. O senador prometeu para breve provas de que recursos destinados à revitalização do rio São Francisco estariam sendo distribuídos para projetos em prefeituras aliadas ao governo.

## Almeida Lima: “Coalizão de partidos para a governabilidade é golpe”

Almeida Lima (PMDB-SE) protestou ontem contra o que classificou de “complacência da oposição com os desatinos do governo” de Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro mandato, desatinos que, na avaliação do senador, tendem a se repetir no segundo mandato. Para ele, estabelecer “uma coalizão de partidos em nome da governabilidade é golpe contra a nação”.

– Unanimidade nada mais é que ditadura – ressaltou.

O parlamentar referiu-se principalmente ao acordo firmado entre governo e PMDB, que, conforme ele, teria “ficado em cima do muro” ao não apresentar candidato a presidente da República nas eleições de outubro.

À oposição caberia, afirmou Almeida Lima, não dar tréguas ao governo e à sua base parlamentar, que não cumpriram suas promessas de promover reformas estruturais indispensáveis e negaram ao Brasil os instrumentos necessá-



Unanimidade nada mais é que ditadura, assinala Almeida Lima

rios ao seu desenvolvimento.

O senador disse que o governo e sua base no Congresso “cometeram erros fatais e imperdoáveis” no plano ético, que levaram o país a experiências mal-sucedidas.

## Osmar quer PDT fora do grupo de apoio ao governo

O líder do PDT, senador Osmar Dias (PR) afirmou ontem que seu partido não deve fazer parte da coalizão dos partidos que apóiam o governo do presidente Lula, mantendo assim a coerência dos últimos anos, quando integrou as oposições.

– O PDT precisa manter sua independência. Não apoiamos o candidato Lula no segundo turno das eleições e não tem sentido correr agora para abraçar o governo. Aliás, não entendo por que o PDT na Câmara dos Deputados está tão apaixonado pelo presidente Lula – disse.



Partido deve manter a coerência de se manter na oposição, afirma Osmar Dias

O senador comunicou ao Plenário que os dirigentes do PDT, liderados pelo presidente do par-

tido, Carlos Lupi, estiveram com o presidente Lula ontem, quando conversaram, entre outras coisas, sobre os desafios do governo para alcançar um crescimento econômico de 5% ao ano.

Osmar Dias ponderou que ficar independente não significará votar contra tudo que o governo Lula vier a propor, mas, sim, votar medidas que fazem parte do programa do partido e que sejam de interesse do país. Lembrou que o ex-governador Leonel Brizola apoiou Lula nas eleições de 2002, mas logo depois optou por manter independência.